



MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

**DATA:** 28/04/2008

**HORÁRIO:** 13:30 às 17:30

**LOCAL:** SETP – Curitiba

**Participantes**

**Membros:**

<b>SETP</b>	<b>COGEMAS</b>
Carmen Cristina Zadra	Eunice Ap. Porcel Sommacal
Daniela Möller	Joaquim Guilherme da Silva Filho
Ironi do Rocio Vieira de Camargo	Márcia Mazzarotto
Jucimeri Isolda Silveira	Maria Regina Topan
Renata Mareziuzek dos Santos	
Solange Fernandes	

**Representantes da Secretaria Técnica:**

Ana Paula Gonçalves
Kellen Cristina Dalcin
Rafael Garcia Carmona
Rosely Lemos

**Convidados:**

Carmem Lúcia Silva Cunha
Débora Gonçalves da Rosa
Gabriela Luciano da Silva
Graciane Andreia Horingle
Kelli Regina Albanese
Maria Sezineide Melo
Nanci Felix
Odelita Herbst
Patrícia Dagostin
Priscila dos Santos Brasil
Samoel Kaelim
Sandra Rodrigues Oliveira
Simone Ferrari
Simoni Queizi
Silvia G. Correia
Vanda Lúcia dos Santos
Virgínia M <sup>a</sup> Santana
Vitória do Couto Henemberg
Yara M <sup>a</sup> F. de Creddo

**Pauta preliminar:**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião da CIB de 26/02/2008;
- Benefícios eventuais: repasse da listagem dos municípios pré habilitados ao co-financiamento estadual;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Critérios para habilitação e Guia de Orientação: repasse das orientações da Secretaria Executiva da CIT;
- Processos de desabilitação: aprovação da memória da reunião da Câmara Técnica de 28/03/2008 e repasse da situação dos municípios;
- Encaminhamentos do processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu;
- Instrumentos de gestão: apreciação do Demonstrativo do Estado do Paraná e repasse da situação de preenchimento dos Planos de Ação dos municípios;
- Repasse quanto ao co-financiamento estadual de CREAS;
- Repasse quanto ao co-financiamento estadual de CRAS;
- Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual: acompanhamento e assessoria do MDS;
- Processo de monitoramento e avaliação: elaboração de ofícios e plano de acompanhamento.

**Informes:**

- Informe sobre encontro do COGEMAS na região sul, a ser realizado em Porto Alegre, nos dias 10 e 11 de junho;
- Conferências Regionais e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Capacitação Estadual do ProJovem Adolescente: 18 e 19 de março;
- BPC na Escola.

### **Aprovação da pauta da reunião:**

Kellen Dalcin, secretaria técnica da CIB, agradece a presença de todos, confirmando o quorum mínimo e justificando a ausência da coordenadora da CIB, Denise Colin, que por questões médicas, não poderá estar presente, sendo portanto, representada por Jucimeri Isolda.

Kellen questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado para a aprovação da pauta. Por parte da representação do COGEMAS foi sugerida a inclusão da discussão quanto ao co-financiamento estadual de CRAS bem como da necessidade de desencadear processo de capacitação sobre orçamento público. E como informes, o encontro do COGEMAS da região sul, além da inclusão das Conferências municipais da pessoa idosa.

### **Aprovação da memória da reunião da CIB de 26/02/2008:**

Kellen Dalcin questiona se há algum item a ser alterado, e Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, sugere alteração do ponto referente ao significado do preenchimento dos Instrumentos de Gestão por parte dos municípios. No que se refere a sua autonomia de trabalho e da necessidade de migração de dados. Ela sugere a definição de diretrizes comuns a todos os municípios, mas com possibilidades de alteração a partir dos portes, entendendo sua complexidade. João Guilherme, representante do COGEMAS, sugere pactuação da memória, sem mais alterações esta é aprovada.

### **Benefícios eventuais: repasse da listagem dos municípios pré habilitados ao co-financiamento estadual:**

Rosely Lemos, representante da SETP, aponta a indicação dos municípios que encaminharam toda documentação necessária, seguiram os critérios pactuados e após análise técnica foram pré-habilitados (anexo I). A divisão de recursos é apresentada conforme a seguinte tabela:

Grande Porte – 8 municípios X R\$7.000,00 = R\$56.000,00

Grande Porte – 8 municípios X R\$7.000,00 = R\$56.000,00
Médio Porte – 7 municípios X R\$5.000,00 = R\$35.000,00
PP2 – 17 municípios X R\$4.000,00 = R\$68.000,00
PP1 – 80 municípios X R\$3.000,00 = R\$240.000,00
** TOTAL = 112 municípios = R\$399.000,00

O prazo de envio da documentação e fluxo de análise é de abril de 2008. Até o momento foram recebidos 10 processos dos 112 municípios “pré aptos”, e alguns destes apresentaram pendências.

Ironi Camargo, representante da SETP, pontua a pactuação com pagamento previsto para até 05 de julho, devido a legislação eleitoral. Alerta que um dos critérios foi a exigência de que os processos fossem encaminhados completos, com respaldo da Lei Estadual Nº15.608 e Nº897 conforme orientações do setores Jurídico e Financeiro da SETP. Da listagem de 20 declarações solicitadas, 06 foram encaminhados com o modelo, e estas só devem ser complementadas com os dados referentes ao município.

Jucimeri Isolda, coordenadora substituta da CIB, complementa a fala de Ironi no que tange à burocracia que os municípios enfrentam na relação com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE. Trata-se de um debate que deve ser retomado, apontando as dificuldades que os municípios vem enfrentando, e lembra que mesmo em tratando de um recurso pequeno, estes procedimentos devem ser encaminhados, levando em consideração que o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ainda não é uma Lei, mas que há um pacto nacional para sua implantação, e que o Governo Federal também está respondendo por seus repasses ao Tribunal de Contas da União.

Resgata a importância de regular os mecanismos de controle dos serviços, o que propiciará aos municípios monitoramento da efetividade e eficácia da política desenvolvida e, neste sentido, faz-se necessária a elaboração de relatórios, a padronização de mecanismos de controle já que é fundamental o aprimoramento da gestão e a retomada desta discussão na esfera estatal.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, ressalta que pela falta de informação, está ocorrendo a devolução de recursos, pela impossibilidade de

viabilização deste, mas devido a algumas questões exigidas pelo TC/PR, o que demanda a realização de capacitação sobre orçamento público, com linguagem de entendimento mais comum aos técnicos e gestores municipais.

Eunice Porcel, representante do COGEMAS, pontua a grande cobrança feita por parte do Tribunal de Contas do Paraná, o que gera temor aos municípios para utilização dos recursos. Como sugestão do COGEMAS, indica “estretar” a relação com o TC/PR e o Governo Federal, buscando uma homogeneização desta questão e pontuando o debate sobre cada recurso.

Jucimeri Isolda fala sobre um documento encaminhado pela SETP ao TCE/PR com a fundamentação sobre a política de assistência social, acompanhado com a legislação e procedimentos propostos pelo SUAS para uma análise diferenciada em se tratando de serviços essenciais prestados a população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Ainda há dificuldades, embora as Portarias Ministeriais apontem a forma de utilização destes recursos. Todavia, ela reafirma a necessidade das capacitações com os contadores dos municípios, e da elaboração de cartilha que aponte os procedimentos a serem desenvolvidos. Ela afirma que as orientações são fragmentadas, e é importante reuni-las em um único documento, orientando o financiamento e a execução físico-financeira, podendo ser um ponto de pauta em uma reunião da CIB, com a participação de representação do TCE/PR.

#### **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:**

Kellen Dalcin, apresenta o quadro de processos que estão para análise já com retorno das pendências orientadas pela Secretaria Técnica. Ela expõe que os municípios de Juranda, Terra Roxa, Nova Fátima e Verê estão com os processos completos, e portanto, a indicação é de habilitação dos mesmos.

Já os municípios de Sertaneja e Porto Amazonas estão com os processos indeferidos, entretanto, ambos posicionaram-se quanto às orientações aos respectivos processo, seja na complementação de documentos ou reavaliação dos membros do conselho. Edemara, gestora municipal da assistência social do município de Sertaneja, entrou em contato com a secretaria técnica pouco antes da reunião, questionando quais seriam as pendências do processo, ressaltando que este chegou na semana que antecedeu a reunião da CIB, não havendo tempo hábil para retorno

do memorando com as orientações indicadas e questões a serem revistas de acordo com o fluxo pactuado. Por esta razão, o processo está constando como análise indeferida. Desta maneira, foi encaminhado, via fax, o retorno das pendências do processo, relacionadas ao Balancete do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, e a justificativa no que tange a Lei de Criação do Conselho Municipal, em que consta a representação não paritária. Foi retomada esta discussão com o município, e este encaminhou documento assinado pelo Prefeito municipal e pelo contador, comprometendo-se que, juntamente com a assessoria jurídica municipal, regularizaria a questão pendente ainda esta semana. Considerando as alterações encaminhadas durante a realização da reunião, a secretaria técnica considerou que esta questão seja analisada juntamente com todos os componentes da CIB, para que seja pactuado um posicionamento com esta ressalva, ou se mantém o processo indeferido para que a pactuação venha ocorrer na próxima reunião da CIB, prevista para o mês de julho. Após esta exposição ficou pactuada a habilitação do município condicionada ao envio do documento pendente no prazo de uma semana, como previsto pelo próprio município.

Graciane Horingle, assistente social e coordenadora do CRAS do município de Porto Amazonas, solicita revisão do pleito à habilitação em gestão básica, uma vez que o CRAS já está em funcionamento desde o final do ano de 2007, sendo que a única questão pendente é a carga horária de 20hs da psicóloga.

Jucimeri Isolda argumenta a respeito dos parâmetros de análise da CIB/PR, que se fundamentam na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH e NOB/SUAS, que prevê as equipes de referência, de acordo com o número de famílias, sendo necessário que alguns municípios venham ampliar o número de profissionais do CRAS. Segundo ela, não se pode precarizar, a condição de equipe técnica e o funcionamento do CRAS, viabilizando que os profissionais cumpram com suas funções independentemente do tamanho do município. Kellen retoma a discussão da carga horária dos profissionais, que encontra-se estabelecida no “Guia de Orientação da Proteção Social Básica – MDS 2006” mas que, por outro lado, não está indicada na NOB/SUAS ficando os parâmetros de acordo com a análise dos membros da CIB.

Diante desta avaliação, Jucimeri Isolda afirma que estando pendente apenas a carga horária do psicólogo e considerando que de acordo com a NOB/RH não há impedimento para a habilitação por conta de equipe técnica, pode-se indicar a habilitação do município. Márcia Mazzarotto pontua a necessidade de regulamentar os critérios mínimos a serem exigidos para o funcionamento do CRAS, visto que foi aberto um precedente ao município de Porto Amazonas, e portanto, sugere estudo de pleito de habilitação, compatibilizando com o que pode estar sendo encaminhado neste sentido, sem precarizar os serviços. Sugere o estabelecimento de câmara técnica para compor um estudo com as exigências mínimas nas análises e posterior apresentação à CIB para pactuação. Jucimeri concorda com o posicionamento de Márcia Mazzarotto quanto à constituição de câmara técnica que debaterá a padronização de análise e, se pactuada, terá efeito sobre os demais municípios.

Simone Ferrari, assistente social do município de Toledo, relata que existem dificuldades por parte dos municípios, o que é histórico, mas que hoje a assistência social está instituída como política pública, serviços são enfocados como direito e há previsão de orçamento público. Segundo ela, porém, estes indicativos não estão articulados e, juntamente à isso, está se exigindo a estruturação de serviços públicos e uma unidade estatal, com conhecimento técnico-operativo, ainda muito incipiente na maioria dos CRAS. Na prática, o que se desenvolve são serviços terapêuticos, serviços emergenciais, grupos de famílias que têm como obrigação aos usuários, participar de várias reuniões para cumprir um determinado critério e assim receber o benefício. Desta maneira, deve-se pensar em estabelecer fluxo, por meio de documentos técnico-operativos.

Tal posicionamento busca não precarizar a prestação de serviços, pois há muitos guias de orientação, porém, não há base legal de atuação que sustente os municípios. Pode-se ter avançado muito nesta política, mas ainda há necessidade de melhor qualificar a gestão, porque ao se falar de financiamento, muitas vezes há saldo de recursos devido a falta de orientação para como se programar sua utilização, assim como nas dificuldades apresentadas. Sugere organizar urgentemente treinamentos e qualificação envolvendo grupos intersetoriais para efetivar a política pública de maneira adequada e com mais resolutividade.

Jucimeri pontua que esta preocupação também está presente na Coordenação Estadual da Política de Assistência Social, visto que está sendo elaborado o material de capacitação de onze encontros macrorregionais, sendo o direcionamento para a gestão do trabalho nos serviços de Proteção Social Básica – PSB e em Proteção Social Especial a assistentes sociais e psicólogos. Em diálogo com alguns profissionais de CRAS foi requisitada uma discussão das diretrizes operacionais para a psicologia, e de como é entendida a Psicologia Social incorporando alguns modelos, enquanto padrões que devam ser obrigatoriamente cumpridos. Existem estratégias para cada eixo de proteção, sendo a capacitação prioritária e devendo ter característica de formação, ou seja, de nortear com elementos teórico-políticos também o exercício profissional, destacando a interferência de alguns elementos de gestão, tais como os aspectos relacionados ao Pacto Federativo injusto no Brasil; à partilha de recursos, às relações estreitas nos municípios que reproduzem muito a cultura do favor mesmo nos espaços públicos, e também dos profissionais que estão desorientados. Eunice Porcel, representante do COGEMAS, destaca que neste momento a questão da *multiprofissionalidade* deve ser impulsionada para que seja analisada a proposta, e se ela é realizável ou não.

Retomando a discussão da última reunião, houve o pleito à habilitação dos municípios de Porto Amazonas e Sertaneja. Pelo fato das mudanças terem sido realizadas a tempo, foi possível a pactuação na reunião. Jucimeri Isolda lembra que com relação a Porto Amazonas houve defesa do município, e pelo entendimento dos membros, sugere-se sua pactuação pois não há previsão em legislação específica.

Jucimeri direciona que os encaminhamentos serão debatidos na Câmara Técnica de maneira inclusive para proceder mais aprofundada, orientação ao município de Piraquara, que pelo porte deve implantar dois CRAS, cabendo à Câmara Técnica estabelecer uma discussão mais específica sobre a questão dos critérios, prazos e mecanismos de controle. Os municípios de Sertaneja e Porto Amazonas tiveram a proposta de habilitação pactuada, ficando condicionado o envio à Secretaria Técnica de documentação relativa aos itens pendentes.



<b>Escritório Regional</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>	<b>Análise da Secretaria Técnica</b>
Campo Mourão	Juranda	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Umuarama	Terra Roxa	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Cornélio Procópio	Nova Fátima	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Francisco Beltrão	Verê	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Cornélio Procópio	Sertaneja	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Ponta Grossa	Porto Amazonas	Pleito à Gestão Básica	Habilitado
Ivaiporã	Pitanga	Pleito à Gestão Básica	Indeferido
Curitiba	Piraquara	Pleito à Gestão Básica	Suspensão

**Critérios para habilitação e Guia de Orientação: repasse das orientações da Secretaria Executiva da CIT:**

Kellen Dalcin retoma que o “Guia de Orientação sobre habilitação municipal SUAS” seria publicado com conteúdo atual, mas tendo em vista a discussão realizada neste momento, alguns conteúdos deverão ser revistos, como no que tange à equipe técnica do CRAS, descrito no guia como 40 horas de carga mínima a ser cumprida, entre outros itens a serem alterados. Desta maneira, fica prevista a pactuação em uma outra reunião da CIB.

Eunice Porcel retoma a questão do posicionamento da CIB dos outros estados em comparação às exigências da CIB do Paraná. Considera importante se objetivar um modelo ideal e, em função da demanda, poder estar flexibilizando em algumas questões. Kellen Dalcin relembra que também há necessidade de se aguardar o resultado da reunião de Câmara Técnica da CIB/PR e da CIT para serem solucionados alguns questionamentos, dando continuidade no processo.

Márcia Mazzarotto aborda o encaminhamento da consulta à CIT a respeito dos processos suspensos, questionando a indefinição de prazo de encaminhamento da questão pela CIT e, havendo autonomia da CIB, é importante se pensar nos municípios envolvidos para que estes não venham ser ainda mais afetados, pois se tratam de recursos e a situação está dimensionada pela interpretação da CIB, que está cumprindo o que está na previsto na NOB/SUAS.

Kellen informa que conforme a pactuação da reunião de fevereiro foi encaminhado um Ofício à Secretária Executiva da CIT, pontuando especificamente a questão CRAS, quanto ao entendimento do funcionamento, como descrito no termo de habilitação. A resposta obtida foi de que está sendo estabelecida uma Câmara Técnica especificamente para analisar esta questão. Foi solicitado o Regimento Interno da CIB/PR, e as principais dificuldades apresentadas nos processos para subsidiar o trabalho da referida Câmara Técnica. Por fim Kellen indica que foi orientado pela Secretaria Executiva que se aguarde o posicionamento da Câmara Técnica, mantendo os processos ainda suspensos, considerando a autonomia da CIB, visto que este procedimento ainda não está pactuado na CIT e padronizado para todas as CIBs.

Jucimeri ressalta que a habilitação revela a organização, o interesse e as condições objetivas para concretizar a política municipal de assistência social. Neste entendimento há divergências de interpretação das CIB, e dependem do posicionamento acerca do que se considera CRAS em funcionamento, podendo haver necessidade de revisão dos municípios habilitados em função da real condição de funcionamento do CRAS e, portanto, considera-se a iminência de se desencadear processos de desabilitação. Ela retoma que a questão pode fazer o município voltar para sua habilitação de origem por não haver cumprido com seu pacto nesta instância, ou seguir diretamente para a gestão estadual neste último caso.

A desabilitação é a perda de autonomia, são os recursos ficarem sob gestão do Estado. Ela concorda com Márcia Mazzarotto em relação à habilitação, ao pontuar que este será um ponto de debate até que seja implementado o projeto de Lei do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que estabelece as competências e as atribuições das 3 esferas de governo e dos níveis de habilitação, deixando de ser apenas um pacto e uma indução financeira, passando a ser responsabilidade, que irá aprofundar a discussão sobre questões estabelecidas na LOAS.

**Processos de desabilitação: aprovação da memória da reunião da Câmara Técnica de 28/03/2008 e repasse da situação dos municípios:**

Kellen Dalcin apresenta a memória da câmara técnica sobre a análise dos processos de desabilitação dos municípios que não preencheram o Demonstrativo

Sintético Anual e o Relatório de Gestão. No dia 28 de março foram analisadas 16 justificativas dos municípios e alguns dos elementos que mais compareceram estavam relacionados a falha no sistema de preenchimento dos instrumentos, licenças médicas no período, e defasagem de equipe técnica responsável, ou seja, alta rotatividade de profissionais, o que não permitiu o acompanhamento como uma rotina. A Câmara Técnica indicou o envio de ofício aos Prefeitos orientando cada situação específica, e indicando a disponibilidade dos Escritórios Regionais e da SETP no processo de assessoramento aos municípios, definiu ainda, pela reabertura dos sistemas com o prazo de 2 à 11 abril. Em seguida, a secretaria técnica elaborou uma resolução e, em consulta ao MDS, foi indicado que neste prazo não haveria possibilidade pois o sistema apresentava falhas, sendo necessário reordenar em um prazo único a todos os estados, para serem sanadas as pendências relacionadas a anos anteriores, mas este prazo não foi especificado. No caso, a Secretaria Técnica ficaria no aguardo de um prazo a ser estabelecido pelo MDS.

Renata Santos, representante da SETP, argumenta que mesmo o sistema estando aberto porém por não haver previsão de fechamento, os instrumentos não foram preenchidos. Em nova consulta ao MDS, a orientação foi de que o estado era responsável por estabelecer o prazo para finalização, então, visando a padronização entendeu-se que o preenchimento do Demonstrativo para os municípios em processo de desabilitação, também poderia seguir o mesmo prazo estabelecido para preenchimento do Demonstrativo 2007, tornando-se uma data comum a todos os municípios. Pactua-se então o prazo final de 12 de maio também aos municípios em processo de desabilitação.

### **Encaminhamentos do processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu:**

Kellen Dalcin apresenta a justificativa do município de Foz do Iguaçu em relação ao processo de desabilitação aberto por solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social, alegando não haver habilitação ao nível de gestão correspondente ao porte populacional e também devido ao grande saldo de recursos repassados pelo MDS. Considerando esta trajetória, foi pactuada a realização de uma reunião para discutir estas questões, envolvendo o Conselho Municipal, o Fórum Regional de

Assistência Social, o Escritório Regional da SETP, a secretaria técnica da CIB, um representante da CIB e o COGEMAS. Esta reunião foi agendada e foi um dos motivos de alteração da data da reunião da CIB, para os dias 29 e 30 de abril no município de Foz do Iguaçu.

O MDS estará representado pelo técnico do Departamento de Gestão do SUAS, Becchara Miranda, que irá esclarecer algumas questões, dentre elas como se dá a lógica de financiamento por pisos, qual é a função dos conselhos no momento de aprovação do preenchimento dos Instrumentos de Gestão, entre outros. O FOREAS será representado pelo Sr. Raimundo Correia, que na gestão passada foi um conselheiro do CEAS. A secretaria técnica terá por representação Kellen Dalcin e Ironi Camargo, representará Denise Colin como coordenadora da CIB, sendo o COGEMAS representado por Márcia Mazzarotto.

Esta reunião terá por objetivo principal analisar os posicionamentos e argumentos do CMAS e do órgão gestor, buscando compreender os elementos que resultaram na abertura do processo. No período da tarde haverá uma reunião com o gestor para se detectar como está sendo estruturada a rede, quais os serviços prestados, se há espaço de atendimento à população e quais as demandas por serviços. É um processo que está aberto desde dezembro de 2007, atípico porque é o único com esta característica em todo território nacional, por isto esse tratamento de realizar reunião específica para debater a gestão municipal.

Jucimeri informa que se trata de uma comissão que irá instruir todos os procedimentos, colhendo as informações necessárias à rede de organização municipal e quais são os critérios de estruturação. Márcia Mazzarotto pontua ser um processo educativo, por se tratar de cumprimento de termos para habilitação, e que esta visita está sendo no sentido de orientação e conhecimento da situação.

Simone Ferrari comenta sobre este processo de desabilitação que partiu por iniciativa do conselho municipal, relacionado à dificuldade do município em implementar uma política pública. Há todo um contexto, e é importante ter esta comissão composta com membros de todas as instâncias para solucionar questões diversas, fazer um treinamento para resolver problemas de gestão que está ligado à gestão da política pública, mas que fundamentalmente os encaminhamentos são

feitos quando há um problema efetivo, como no caso de Foz do Iguaçu. Entretanto, ela indica que estas questões não estão sendo abordadas no Conselho Estadual de Assistência Social, e que as intervenções são realizadas quando há algum equívoco maior em um determinado município. Por outro lado, a população usuária está conhecendo seus direitos, o financiamento da política vem sendo ampliado, mas ainda persiste o desconhecimento da política e quanto a utilização de seus recursos. Ela chama a atenção para o fato de que enquanto não houver grande número de desabilitações ou enquanto alguém não tiver interesse em realizar um estudo, transformar isto em dados empíricos não há como oferecer condições e, de fato, implementar a gestão de política pública e controle social. Lutou-se tanto para conquistar este espaço, e não se tem como operacionalizar o processo de habilitação pois não houve, desde o processo de implantação do SUAS, um treinamento oficial para operacionalização do FMAS, entre MDS, estado e município. Simone afirma que os argumentos para as questões emergentes é que está faltando visar a assistência social como política pública, dentro do órgão público, e é fundamental discutir com os operadores da política os procedimentos a serem desenvolvidos, levando a discussão para outras instâncias.

Jucimeri relembra que as dificuldades não são restritas somente à esfera do estado e município, pois trata-se de um Pacto entre todos os entes da Federação. Ela exemplifica que no modelo do Sistema Único da Saúde, ao se liberar recurso, também é realizado treinamento para sua utilização, e neste aspecto, esta lógica se difere da assistência social pois nesta, é trabalhada a lógica de piso, recurso fundo a fundo, sendo importante pensar em estratégias na relação com o MDS. Por fim, ela destaca que a partir do monitoramento dos municípios, obtém-se os indicadores de dificuldades, que devem sim ser trabalhadas.

### **Instrumentos de gestão: apreciação do Demonstrativo do Estado do Paraná e repasse da situação de preenchimento dos Planos de Ação dos municípios no SUASWeb:**

Renata dos Santos, representante da SETP, apresenta o esboço do Demonstrativo Sintético do Estado do Paraná, 2007. Tendo em vista que o mesmo

ainda não está aberto para preenchimento, conforme Portaria n.º003/2007. Renata apresenta proposta de preenchimento (anexo II).

Com relação ao Plano de Ação, Renata expõe que o mesmo foi aberto no dia 11 de abril e previsto para encerrar dia 30 de abril, e entendendo a situação de preenchimento dos municípios como preocupante, pois do total, apenas 40 municípios estão com aprovação do Plano. Jucimeri destaca ser importante que a Secretaria Técnica da CIB encaminhe um ofício ao MDS, antecipando que muitos dos municípios terão dificuldade no preenchimento, visto que apenas 10% realizaram o preenchimento, uma vez que a ampliação dos prazos foi solicitada pelos municípios e que os problemas são operacionais do sistema do MDS.

Eunice Porcel destaca a dificuldade de acesso em virtude do próprio sistema, sendo necessário reunir equipe, para depois da meia noite, tentar concluir o preenchimento. Ressalta que este procedimento foi realizado em época que não o prazo final, período em que há muito congestionamento. Ressalta ser bastante preocupante o não cumprimento de prazo, visto que o município é colocado como incompetente quando a dificuldade é alheia a este.

### **Repasse quanto ao co-financiamento estadual de CREAS:**

Ironi Camargo, representante da SETP, apresenta os critérios para o co-financiamento do CREAS. Ela relata que ainda está se construindo uma compreensão quanto a organização da Proteção Social Especial nos municípios, e existem muitos elementos a serem discutidos sobre o papel desta política de atendimento apresenta a proposta de co-financiamento estadual (Anexo III).

Eunice Porcel questiona se há algum dos municípios elencados com perfil de atendimento regional. Carmem Zadra, representante da SETP, responde que há um na região de Cascavel e outro na de Foz do Iguaçu, mas a dificuldade dos municípios é manter a estrutura, fazer o atendimento e viabilizar a questão de transporte da população usuária, pois não estava previsto no orçamento, dificultando este item. Ironi Camargo destaca que por este ano ser o último da atual gestão municipal, há grande dificuldade em se discutir a regionalização, visto que estes não podem se comprometer com este serviços, sendo necessária pontuar à partir do próximo ano juntamente com o início de gestão.

Jucimeri resgata que o critério é a análise de demanda e que o desenho da regionalização deverá ser diferente nos CREAS, provavelmente por comarca, pois a grande especificidade deste é a sua relação com o sistema sócio-jurídico através das formas de recomposição dos direitos.

Maria Sezineide, do município de Campo Mourão, relembra que em 2005 as ampliações dos recursos de proteção social especial levaram em consideração o levantamento da Universidade de Brasília - UnB, que causou diversos questionamentos. Sobre a capacitação específica da PSE solicita que Campo Mourão também seja contemplado, pois não houve ampliação do SENTINELA, e sim do piso fixo de média complexidade. Carmem Zadra responde que os dados utilizados como base para priorizar os municípios foram as informações no Plano Municipal e no SIPIA.

Jucimeri questiona se há alguma discordância em relação aos critérios dos municípios pré-selecionados para serem co-financiados ainda este ano, e em relação ao detalhamento da execução dos recursos. Assim, foram pactuados os critérios e os municípios selecionados para receber o co-financiamento para CREAS, e também a realização de capacitação específica para CREAS a todos os municípios que desenvolvam serviços de média complexidade, mesmo sem co-financiamento.

#### **Repassa quanto ao co-financiamento estadual do CRAS:**

Ironi Camargo pontua a situação dos CRAS, cuja demanda para o Estado inicialmente era de manter o co-financiamento dos 22 municípios com os quais havia convênio durante o ano de 2007. Pesquisando os documentos apresentados pelos Prefeitos e contadores para verificar a utilização dos recursos, constatou-se que deste total, sete têm o prazo final de gasto deste recurso até o mês de junho, e os processos encontram-se em trâmite. Com relação ao co-financiamento estadual para CRAS referente ao exercício de 2008, serão custeados 21 municípios. Jucimeri solicita que esta listagem seja citada para pactuação, lembrando que os critérios são os mesmos adotados na primeira experiência, mas para que haja uma retomada de acompanhamento da execução de ação financeira para o ano de 2008, procurando atualizar estes dados durante as reuniões da CIB.

Ironi expõe a listagem dos 21 municípios a serem contemplados, e também a relação dos 20 suplentes, caso haja desistências:

**TITULARES:**

1.	Altamira do Paraná	Campo Mourão
2.	Bom Jesus do Sul	Francisco Beltrão
3.	Cafezal do Sul	Umuarama
4.	Coronel Domingues Soares	Pato Branco
5.	Douradina	Umuarama
6.	Doutor Ulysses	Curitiba
7.	Godoy Moreira	Ivaiporã
8.	Goioxim	Guarapuava
9.	Guamiranga	Irati
10.	Guaporema	Cianorte
11.	Guaraqueçaba	Curitiba
12.	Kaloré	Londrina
13.	Mandaguaçu	Maringá
14.	Marquinho	Guarapuava
15.	Mato Rico	Ivaiporã
16.	Munhoz de Melo	Maringá
17.	Pinhal de São Bento	Francisco Beltrão
18.	Rio Branco do Ivaí	Ivaiporã
19.	Santa Cecília do Pavão	Cornélio Procópio
20.	São Tomé	Cianorte
21.	Terra Boa	Foz do Iguaçu

**SUPLENTES**

1.	Alto Paraíso	Umuarama
2.	Antônio Olinto	União da Vitória
3.	Ariranha do Ivaí	Ivaiporã
4.	Boa Ventura de São Roque	Guarapuava
5.	Borrazópolis	Ivaiporã
6.	Braganey	Cascavel
7.	Brasilândia do Sul	Umuarama
8.	Campina do Simão	Guarapuava
9.	Corumbataí do Sul	Campo Mourão
10.	Engenheiro Beltrão	Campo Mourão
11.	Esperança Nova	Umuarama
12.	Foz do Jordão	Guarapuava
13.	Honório Serpa	Pato Branco
14.	Manfrinópolis	Francisco Beltrão
15.	Nova Tebas	Ivaiporã
16.	Nova Laranjeiras	Guarapuava
17.	Ourizona	Maringá



18.	Paiçandu	Maringá
19.	Rosário do Ivaí	Ivaiporã
20.	São Jerônimo da Serra	Cornélio Procópio

**Processo de monitoramento e avaliação: elaboração de ofícios e plano de acompanhamento:**

Kellen Dalcin aponta a necessidade de se encaminhar via ofício as pendências, retomando o processo de monitoramento e avaliação desencadeado entre outubro de 2006 e março de 2007. Definiu-se uma equipe composta por integrantes da secretaria técnica da CIB e representantes da SETP: Ana Paula Gonçalves, Daniela Möller, Kelli Albanese, Rafael Carmona e Renata Santos. Cada técnico ficará responsável por um número de Escritórios Regionais, no sentido de propor o encaminhamento e indicar que os Escritórios Regionais da SETP apresentem uma construção em conjunto com o conselho municipal, membros do FOREAS e o gestor municipal, através de um plano de acompanhamento. Tal plano indicará estratégias para administrar as questões elaboradas até o prazo máximo, estipulado em dezembro de 2009. O prazo para envio desta documentação aos Escritórios Regionais será até o mês de junho.

Rafael Carmona, representante da SETP, reforça que esta idéia consiste em criar um grupo nos municípios articulando com as equipes dos escritórios regionais para se pontuar as questões imediatas, e se iniciar uma co-responsabilidade.

**Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual:**

A representante do COGEMAS, Márcia Mazzarotto, questiona o nome da assessora contratada pelo MDS para realizar o acompanhamento de execução do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, bem como de que forma vem se dando este processo no estado.

Jucimeri indica que o NUCLEAS elaborou relatório das ações do Pacto, conforme solicitado pelo MDS, e que vem desencadeando as ações previstas no documento de acordo com o cronograma. Ela indica ainda que a responsável pelo acompanhamento na assessoria ao estado neste processo é Maria de Fátima Souza.

## **Informes:**

### **Orçamento Público: processo de capacitação**

Eunice indica em nome do COGEMAS a necessidade de realização de processo de capacitação aos técnicos e gestores municipais sobre orçamento público e financiamento da assistência social. Tal sugestão justifica-se pelo pouco conhecimento dos gestores municipais sobre o tema, o que muitas vezes ocasiona saldo de recursos ou utilização equivocada dos mesmos.

Jucimeri afirma que a solicitação é legítima e já de conhecimento do NUCLEAS/ SETP. Neste sentido, ela informa que há previsão de capacitação com os contadores para o exercício de 2009, além da capacitação de técnicos e de gestores da política municipal de assistência social. Alerta, apenas, para a necessidade de articulação com o Tribunal de Contas do Estado, posto que há instrução normativa do mesmo que ainda não autoriza o repasse fundo a fundo e a supervisão do CND

### **Encontro da região sul COGEMAS em Porto Alegre nos dias 10 e 11 de junho de 2008:**

Carmem Cunha, vice-presidente do COGEMAS, informa que nos dias 10 e 11 de junho haverá o encontro da região sul, em Porto Alegre/RS, que terá como tema o Pacto de Aprimoramento da gestão estadual, com a proposta de apresentar o estágio em que se encontra cada estado dentro do que foi pactuado na CIT. A programação oficial será encaminhada juntamente com o convite, contando com a presença de representação do estado do Paraná.

### **Conferências Regionais e Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa:**

Solange Fernandes, representante da SETP, relata que os encontros regionais temáticos dos direitos da pessoa idosa, que acontecerão nas dezoito regionais, terão total autonomia para convidar palestrantes da região ou aceitar indicação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI. A Conferência Estadual esta prevista para os dias 24 e 25 de junho, em Curitiba e a nacional de 28 a 30 de outubro em Brasília.

Maria Regina Topan, representante do COGEMAS, relata sobre a conferência municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e destaca a dificuldade encontrada no preenchimento dos instrumentos pelo município pertencente à regional de Cornélio Procópio, tendo em vista que o prazo era até dia 30 de abril e não foram repassadas informações aos técnicos dos Escritórios Regionais da SETP, assim como orientações para elaboração da lei de criação do conselho municipal do idoso. Apesar das dificuldades a conferência teve grande participação.

Jucimeri Isolda destaca que as questões pontuadas sobre esta avaliação serão encaminhadas ao CEDI através da representação de Solange Fernandes

Simone Ferrari relata que há complexidade no preenchimento dos instrumentos, e solicita de que seja analisado se existe outra metodologia para se obter as mesmas informações. Em muitas regiões foi a primeira Conferência, em outras se realizou apenas um encontro temático. Márcia Mazzarotto concorda com a questão pontuada por Simone, pois há um grande número de participação da população idosa e realmente há dificuldade no manuseio destes materiais.

Solange Fernandes, representante da SETP e conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI, destaca que houve dois dias de reuniões com os Escritórios Regionais, e durante este período foi realizada uma capacitação em que foram apresentados os instrumentos, os regulamentos e se discutidas correspondentes. Os instrumentos foram encaminhados “pré-preenchidos”, sendo necessária apenas a complementação destes. Neste caso, citado por Maria Regina Topan, seria necessário verificar o que houve com o respectivo Escritório Regional da SETP, visto que se conhece o compromisso por parte da equipe. Em reunião com a Comissão Organizadora da Conferência Estadual do Idoso, se discutiu a importância dos municípios estarem incorporando a discussão do envelhecimento e sensibilizando os gestores municipais a colocarem esta questão na agenda pública. Com relação ao Conselho Municipal, Solange informou que no site da SETP está disponível o manual de orientação para elaboração da lei de criação do conselho.

#### **Capacitação Estadual do ProJovem Adolescente: 18 e 19 de março:**

Rosana Dias, representante da SETP, informa que houve 250 participantes, entre eles coordenadores CRAS, gestores e técnicos municipais e representantes dos

Escritórios Regionais. Esta capacitação foi organizada pelo MDS, em parceria com o governo estadual, e apoio logístico do CONGEMAS. Houve quatro mesas temáticas que pontuaram questões como *“O programa nacional de inclusão de jovens”*, coordenado por Alexandre Reis, representante do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Maria de Fátima Souza, consultora do SNAS, apresentou a *temática “A Concepção sobre Juventude e Serviço Sócio-educativo”*. Outros temas relacionados foram: *“A centralidade de atenção integral à família e o serviço sócio educativo da proteção social básica”*; *“Regulação do Projovem adolescente”*; *“Ampliação da faixa etária do Programa Bolsa Família”*. O evento repassou orientações sobre a execução do Programa Agente Jovem para o ano de 2008, sobre o termo de adesão e a implantação pelos municípios do Projovem Adolescente. Jucimeri ressalta a importância de se apresentar na próxima reunião da CIB, a situação em que se encontram os municípios que estão em processo de implantação deste programa, por meio dos termos de adesão.

#### **BPC na escola:**

Sobre o Programa BPC na escola, Ironi Camargo fala que encaminhou para os Escritórios Regionais um material com todas as informações necessárias para a adesão dos municípios. Muitos municípios apresentaram dificuldades com o sistema, e o prazo irá encerrar em 07 de maio.

#### **Encerramento:**

Jucimeri Isolda agradece a presença de todos e encerra a reunião, lembrando que a próxima está agendada para o dia 01 de julho de 2008.

## ANEXO I



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E  
PROMOÇÃO SOCIAL**  
**COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL**



### BENEFÍCIOS EVENTUAIS - 2008

Grande Porte – 8 municípios X R\$7.000,00 = R\$56.000,00
Médio Porte – 7 municípios X R\$5.000,00 = R\$35.000,00
PP2 – 17 municípios X R\$4.000,00 = R\$68.000,00
<b>PP1 – 80 municípios X R\$3.000,00 = R\$240.000,00</b>
<b>** TOTAL = 112 municípios = R\$399.000,00</b>

### MUNICÍPIOS PRÉ APTOS A PLEITEAREM O CO-FINANCIAMENTO

#### **E.R. CAMPO MOURÃO:**

- 1) Goioerê – PP2
- 2) Mamborê – PP1
- 3) Engenheiro Beltrão – PP1
- 4) Boa Esperança – PP1
- 5) Terra Boa – PP1
- 6) Roncador – PP1
- 7) Luiziana – PP1
- 8) Barbosa Ferraz – PP1

#### **E.R. CASCAVEL:**

- 1) Iguatu – PP1
- 2) Jesuítas – PP1
- 3) Santa Tereza do Oeste – PP1
- 4) Assis Chateaubriand – PP2
- 5) Guaraniaçu – PP1
- 6) Santa Lúcia – PP1
- 7) Nova Santa Rosa – PP1
- 8) Matelândia – PP1
- 9) Iracema do Oeste – PP1
- 10) Céu Azul – PP1
- 11) Ibema – PP1

- 12) Boa Vista da Aparecida – PP1
- 13) Cascavel - GP
- 14) Diamante do Sul – PP1
- 15) Toledo - GP
- 16) Campo Bonito – PP1
- 17) Catanduvas – PP1
- 18) Tupãssi – PP1
- 19) Nova Aurora – PP1
- 20) Maripá – PP1
- 21) Corbélia – PP1
- 22) Formosa do Oeste – PP1
- 23) Capitão Leônidas Marques – PP1
- 24) Vera Cruz do Oeste – PP1

#### **E.R. CORNÉLIO PROCÓPIO:**

- 1) Andirá – PP2
- 2) Uraí – PP1
- 3) Santa Mariana – PP1
- 4) Bandeirantes – PP2
- 5) São Jerônimo da Serra – PP1
- 6) Leopólis – PP1
- 7) Itambaracá – PP1

- 8) Nova Santa Bárbara – PP1
- 9) São Sebastião da Amoreira – PP1
- 10) Santa Amélia – PP1

**E.R. CURITIBA:**

- 1) Piraquara - GP
- 2) Fazenda Rio Grande - MP
- 3) Campo Magro – PP2
- 4) Rio Negro – PP2
- 5) Contenda – PP1
- 6) Colombo - GP
- 7) Lapa – PP2
- 8) Quitandinha – PP1
- 9) Campo Largo – GP
- 10) Araucária – GP
- 11) Cerro Azul – PP1

**E.R. FOZ DO IGUAÇU:**

- 1) São Miguel do Iguaçu – PP2
- 2) Missal – PP1
- 3) Ramilândia – PP1
- 4) Pato Bragado – PP1

**E.R. GUARAPUAVA:**

- 1) Laranjal – PP1

**E.R. FRANCISCO BELTRÃO:**

- 1) Francisco Beltrão – MP
- 2) Capanema – PP1
- 3) Barracão – PP1
- 4) Realeza – PP1
- 5) Ampére – PP1
- 6) Dois Vizinhos – PP2
- 7) Nova Prata do Iguaçu – PP1
- 8) Pranchita – PP1
- 9) Santo Antônio do Sudoeste – PP1
- 10) Santa Izabel do Oeste – PP1
- 11) Planalto – PP1

**E.R. JACAREZINHO:**

- 1) Santo Antônio da Platina – PP2
- 2) Ibaiti – PP2
- 3) Jacarézinho – PP2
- 4) São José da Boa Vista – PP1

**E.R. LONDRINA:**

- 1) Jandaia do Sul – PP2
- 2) Cambé - MP
- 3) Califórnia – PP1
- 4) Rolândia – MP

**E.R. MARINGÁ:**

- 1) Munhoz de Mello – PP1
- 2) Nova Esperança – PP2
- 3) Santa Fé – PP1
- 4) Itaguajé – PP1
- 5) Ourizona – PP1
- 6) Colorado – PP2
- 7) Sarandi – MP
- 8) Astorga – PP2
- 9) Iguaçu – PP1
- 10) Mandaguaçu – PP1
- 11) Santa Inês – PP1
- 12) Maringá – GP

**E.R. PARANAVÁI:**

- 1) São Pedro do Paraná – PP1
- 2) São Carlos do Ivaí – PP1
- 3) Tamboara – PP1
- 4) São João do Caiuá – PP1
- 5) Terra Rica – PP1
- 6) Porto Rico – PP1
- 7) Diamante do Norte – PP1
- 8) Inajá – PP1
- 9) Paraíso do Norte – PP1
- 10) Nova Aliança do Ivaí – PP1
- 11) Paranaíba – MP

12) Santo Antônio da Caiuá – PP1

13) Amaporã – PP1

14) Paranacity – PP1

**E.R. PONTA GROSSA:**

1) Ponta Grossa – GP

**E.R. UMUARAMA:**

1) Douradina – PP1

2) Cruzeiro do Oeste – PP1

3) Xambrê – PP1

4) São Jorge do Patrocínio – PP1

5) Umuarama – MP

**E.R. UNIÃO DA VITÓRIA:**

1) General Carneiro – PP1

2) Cruz Machado – PP1

3) São Mateus do Sul – PP2

## ANEXO II

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS ANO: 2007 SNAS/FNAS

#### EXECUÇÃO FINANCEIRA

##### 1. Recursos do co-financiamento federal - FNAS

1.1. Recursos financeiros transferidos pelo FNAS 117.600,00

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I 117.600,00

1.2. Rendimento de aplicações financeiras dos recursos transferidos pelo FNAS às contas do SUAS  
6.932,00

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I 6.932,00

1.3. Recursos financeiros gastos no âmbito do SUAS 49.600,00

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I 49.600,00

1.4. Saldo financeiro apurado no exercício (1.1 mais 1.2 menos 1.3) 74.932,72

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I 74.932,72

#### III. EXECUÇÃO FÍSICA

Ação Orçamentária	Público	Qtd. Previsto	Qtd. Executada
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Serviços de Proteção Social Especial à Família			
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	CRIANÇA/ADOLESCENTE	294	294
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	PESSOA COM DEFICIENCIA	0	0
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	PESSOA IDOSA	0	0

#### IV. REPROGRAMAÇÃO DE SALDO

##### 1. Saldo Financeiro do Exercício de 2005

1.1. Saldos Financeiros do exercício 2005 1.995,29

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 1.995,29

1.2. Rendimentos de Aplicação Financeira dos Saldos 66,11

(aproximadamente)



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	66,11
1.3. Saldos Financeiros gastos por nível de proteção(reprogramação)	0,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	0,00
1.4. Saldo Financeiros apurados após a execução da reprogramação de 2006 (Saldo financeiros a serem reprogramados no exercício de 2008)	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.061,40
2. Saldo Financeiro do Exercício de 2006	
2.1. Saldos Financeiros do exercício 2006	5.547,94
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5.547,94
2.2. Rendimentos de Aplicação Financeira dos Saldos	297,13 (aproximadamente)
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	297,13
2.3. Saldos Financeiros gastos por nível de proteção(reprogramação)	0,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	0,00
2.4. Saldo Financeiros apurados após a execução da reprogramação de 2006 (Saldo financeiros a serem reprogramados no exercício de 2008)	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5.835,07

## ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL  
**COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS**  
**Recursos co-financiamento Estadual 2008**

### CRITÉRIOS:

- 1º) Municípios desenvolvem o Programa de Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – SENTINELA com recursos financiados pelo gov. federal;
- 2º) Habilitação – Básica;
- 3º) Município preferencialmente ser de Porte II, Médio ou Grande(exceção para município de fronteira e/ou rota);
- 4º) Informação atualizada dos Escritórios Regionais quanto ao serviço(Programa Sentinela) estar em pleno funcionamento;
- 5º) Possuir demanda e aceitar ampliar/implementar(Projeto);
- 6º) Apresentar documentação correta e completa exigida para celebração de convênio com o Governo Estadual.

### Municípios elencados para co-financiamento Estadual CREAS

Prioridade	MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ESCRITÓRIO REGIONAL	Habilitação	Porte
1º	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CURITIBA	Básica	Grande
2º	FAZENDA RIO GRANDE	CURITIBA	Básica	Médio
3º	CORONEL VIVIDA	PATO BRANCO	Básica	Porte II
4º	MEDIANEIRA	FOZ DO IGUAÇU	Básica	Porte II
5º	SANTA TEREZA DO OESTE	CASCADEL	Básica	Porte I
6º	BARRAÇÃO	FRANCISCO BELTRÃO	Básica	Porte I
7º	IBAITI	JACAREZINHO	Básica	Porte II
<b>SUPLENTES</b>				
1º	COLOMBO	CURITIBA	Básica	Grande
2º	CAMPO LARGO	CURITIBA	Básica	Grande
3º	ARAUCARIA	CURITIBA	Básica	Grande
4º	MANDAGUAÇU	MARINGÁ	Básica	Porte I
5º	CIDADE GAÚCHA	CIANORTE	Básica	Porte I
6º	NOVA OLÍMPIA	UMUARAMA	Básica	Porte I
7º	PIRAQUARA	CURITIBA	Inicial	Grande

### FILA DE ESPERA

1º	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	FOZ DO IGUAÇU	Básica	Porte II
2º	ASSIS CHATEAUBRIAND	CASCADEL	Básica	Porte II
3º	DIAMANTE D'OESTE	CASCADEL	Básica	Porte I

4°	CURIÚVA	JACAREZINHO	Básica	Porte I
5°	CONTENDA	CURITIBA	Básica	Porte I
6°	RIO NEGRO	CURITIBA	Básica	Porte II
7°	CIANORTE	CIANORTE	Básica	Médio

**RECURSOS:**

**Total: R\$ 499.400,00**

Custeio: R\$ 400.000,00

Capital: R\$ 99.400,00

**Co Financiamento Estadual**

9 CREAS – (6 CREAS Interior do Estado/3 região metropolitana)

Capacitação:

Para os 9 a serem ampliados/implementados e reordenamento para aqueles que estão com dificuldade, valor previsto de **R\$ 36.800,00**

**DETALHAMENTO**

R\$ 51.400,00 para cada um dos 9 Municípios

**Para 7 municípios:**

3.100,00 x 12 meses = 37.200,00 x 7 CREAS = 260.400,00 (custeio)

14.200,00 para compra de equipamento X 7 CREAS - R\$ 99.400,00 (capital)

Total para cada um R\$ 51.400,00

**Para 2 municípios:**

4.283,33 x 12 meses = 51.400,00 (custeio)

**Total para cada um dos 9 municípios contemplados = 51.400,00**